

DIRETORES
 Antônio Carlos Coutinho Nogueira
 José Bonfácio Costinho Nogueira Filho

CONSELHO EDITORIAL
 Antônio Carlos Coutinho Nogueira,
 Ciro Porto, Ivan Salfrin,
 José Bonfácio Costinho Nogueira Filho,
 Liara John, Paulo Nogueira Neto, Rogério Sabiani,
 Sérgio Sobott, Suzane Machado Pádua

DIRETOR EDITORIAL
 Ciro Porto

EDITORES EXECUTIVOS
 Liara John
 Valterius Silvestri

EDITORES
 Liáz Figueiredo
 Marisa Ribeiro

DIREÇÃO DE ARTE
 Mathias Jereiss Fortunato

ARTE E PRODUÇÃO GRÁFICA
 Mathias Jereiss Fortunato
 Renato Marfisi

FOTOGRAFIA
 André Pessoa, Carlos Alberto Costinho,
 Claudenor Pecorei, Germano Winkel,
 Haroldo Pato Jr., João Prudente, Luiz Claudio Marigo,
 Maurício de Paula, Radimir Narciso Cipriani,
 Silvestre Silva

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO
 Fernando Ribas, Haroldo Castro,
 Henrique Picarelli, João Borges, Jane Taboga,
 Mário Aurélio Melo,
 Márcia Heredia, Mônica Corajá

JORNALISTA RESPONSÁVEL
 Ciro Porto (Mtb 20.414)

ADMINISTRAÇÃO E PUBLICIDADE

DIRETOR
 Antônio Wellington do Costa Lúcio

GESTÃO COMERCIAL E CIRCULAÇÃO
 Regiane Elias Bogin

DISTRIBUIDOR EXCLUSIVO NO BRASIL
 Fernando Chianaglia

IMPRESSÃO - Globo Cochran

PARA ANUNCIAR

Gerência Comercial (19) 3776.6335

Bahia: (71) 3243.3967 / 9134.9147
Brasília: (61) 3321.9100 / 9655.1664
Complexo e exterior SP:
 (11) 3776.6683 / 9655.4573
Mato Grosso/ Mato G. do Sul e Goiás:
 65-9235-7446 / 167-96023429
São Paulo: (11) 3776.6335 / 91578933
Email: regiane@terradagente.com.br

ENTRA

Carlos Alberto Costinho
 Diretor Editorial
 regiane@terradagente.com.br

A revista Terra da Gente é
 uma publicação mensal da
 Terra da Gente Produção e
 Comunicação Ltda, uma empresa
 do Grupo EPTV

ANER



DEDO DE PROSA

LIARA JOHN

Podemos prescindir das ONGs?

Volta e meia, entre os discursos de parlamentares, levantam-se vozes questionando as organizações não-governamentais (ONGs) e propondo uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigá-las. Aliás, uma não, mais uma, pois no Senado Federal já se conduziu uma CPI das ONGs relacionadas às questões ambientais e indígenas da Amazônia durante 2 anos, de fevereiro de 2001 a dezembro de 2002. E, em 28 de novembro de 2006, criou-se mais uma CPI das ONGs, cujos trabalhos foram 'atropelados' por outras pautas (e viagens) de fim de ano. Ficou a promessa de reinstalar essa CPI na nova legislatura, agora em março, passado o Carnaval...

O relatório final da CPI concluída — a de 2002 — indica que a maioria das ONGs investigadas eram 'do bem', embora algumas não estivessem em dia com a burocracia e, na opinião dos senadores, faltassem medidas de controle sobre tais instituições, sobretudo as 'estrangeiras', como são taxadas ONGs com origem em outros países: Greenpeace, WWF, Conservação Internacional, The Nature Conservancy, etc.

O que mais incomodava (e ainda incomoda) os parlamentares era o fato de os ambientalistas receberem dinheiro público ou do exterior mas não estarem sujeitos à mesma prestação de contas de órgãos governamentais. Em nome dessa preocupação (muito pertinente) os congressistas se dão o direito (impertinente) de generalizar e tratar como bandidos todos os envolvidos com ONGs, confundindo instituições sérias com entidades de fachada feitas para arrecadar dinheiro de campanha ou envolvidas em escândalos

políticos.

Seria demais esperar que, agora, caminhassem adiante e não seguissem marchando no mesmo lugar? Ou que pelo menos mudassem as perguntas?

Mas, não, continua a mesma confusão, embora os recursos públicos tenham encolhido significativamente entre as ONGs ambientais e muitas delas tenham profissionalizado sua gestão, por conta de um maior número de parcerias com a iniciativa privada. E embora as 'estrangeiras' já tenham provado que, apesar de pertencerem a redes internacionais, aqui no Brasil são constituídas por brasileiros, executam projetos desenhados por brasileiros, submetidos a múltiplos controles, em alguns casos até com auditorias independentes.

Talvez faltem sugestões aos parlamentares de novas perguntas, para que deixem de bater na mesma tecla. Podemos colaborar com algumas idéias. Por exemplo, como podemos medir a eficiência das ONGs? Porque elas obtêm melhores resultados com menos dinheiro e menos funcionários do que o governo? Como elas conseguem aplicar recursos na atividade fim ao invés de se perder na atividade meio? Porque ocorreu essa 'terceirização' das funções de governo? As ONGs ambientais não preenchem o vácuo da falta de agilidade dos órgãos governamentais, que sofrem de excesso de reuniões, excesso de regras e falta de recursos? A conservação ambiental no Brasil pode prescindir das ONGs?